



Simulado de Direito Constitucional  
(CESPE/MPE-CE/2020)

**01) Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,**

- A) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- B) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- C) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- D) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- E) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

A Forma Federativa é que possui previsão expressa no rol e Cláusulas Pétreas.

CF/88, Art. 60. § 4º **Não** será objeto de deliberação a proposta de emenda **tendente a abolir:**

I - a **forma federativa de Estado;**

II - o voto **direto, secreto, universal e periódico;**

III - a **separação dos Poderes;**

IV - os **direitos e garantias individuais.**

Letra B: Correta.

CF/88. Art. 1º A **República (Forma de Governo) Federativa do Brasil**, formada pela união **indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como **fundamentos:**

A República é uma forma de governo em que há uma participação direta do povo na escolha dos governantes.

Letra C: Errada.

A Forma Federativa possui previsão **expressa** no rol e Cláusulas Pétreas.

Letra D: Errada.

O Art.1º da CF não prevê o sistema de governo.

Letra E: Errada.

A Forma Republicana de Governo não possui previsão expressa no rol e Cláusulas Pétreas.

**Gabarito:** Letra B.

(VUNESP/Valiprev - SP/2020)

**02) Com relação aos poderes de Estado, é correto afirmar que o Poder**

- A) Judiciário desempenha com exclusividade a função jurisdicional.
- B) Executivo desempenha precipuamente a função normativa.
- C) Legislativo desempenha precipuamente a função normativa.
- D) Legislativo desempenha com exclusividade a função normativa.
- E) Executivo desempenha precipuamente a função jurisdicional.

**Comentário:**

PODERES	FUNÇÃO TÍPICA	FUNÇÃO ATÍPICA
<b>Legislativo</b>	Legislar e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo.	<b>Executiva:</b> Dispõe sobre a sua organização, provendo cargos, concedendo férias... <b>Jurisdicional:</b> O Senado Federal julga o P.R nos crimes de responsabilidade



<b>Executivo</b>	Praticar atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos administrativos	<b>Legislativa:</b> o Presidente da República pode adotar medida provisória com força de lei. <b>Jurisdicional:</b> Julga, apreciando defesas e recursos administrativos
<b>Judiciário</b>	Julgar, dizendo o direito no caso concreto e dirimindo os conflitos que lhe são levados, quando da aplicação da lei.	<b>Legislativa:</b> regimento interno de seus tribunais; <b>Executiva:</b> Administra, ao conceder licenças e férias.

**Gabarito:** Letra C.

**(FCC/IAPEN-AP/2018)**

**03) Segundo o que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos**

- A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que mediante prévia licença da autoridade competente.  
 B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação policial.  
 C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, independentemente de prévio aviso à autoridade competente.  
 D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, dependem de autorização, sendo apenas permitida a interferência estatal em seu funcionamento nos casos em que se desviarem de seu estatuto social.  
 E) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 5. IX. É livre a expressão da atividade **intelectual, artística, científica** e de comunicação, **independentemente de censura ou licença**;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 5. XI. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem** consentimento do morador, salvo em caso de **flagrante delito** ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o **dia**, por **determinação judicial**;

<b>Violação de Residência</b>	
<b>Determinação Judicial</b>	<b>Flagrante Delito, Desastre ou Prestar Socorro</b>
Durante o Dia	Qualquer horário

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 5. XVI. Todos podem reunir-se **pacificamente, sem armas**, em **locais abertos** ao público, **independentemente de autorização**, desde que **não frustrem** outra **reunião** anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **prévio aviso** à autoridade competente;

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 5. XVIII. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas **independem de autorização**, sendo **vedada a interferência estatal** em seu funcionamento;

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 5. XV. É **livre** a locomoção no **território nacional em tempo de paz**, podendo **qualquer pessoa**, nos termos da lei, nele **entrar, permanecer** ou dele **sair** com seus bens;

**Gabarito:** Letra E.

**(CESPE/TCM-BA/2018)**

**04) Acerca dos direitos individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.**

**I O exercício do direito de reunião em locais abertos ao público depende de prévia autorização da autoridade competente.**



**II As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial com trânsito em julgado.**

**III As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.**

**Assinale a opção correta.**

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

---

**Comentário:**

Item I: Errado.

CF/88. Art. 5. XVI. Todos podem reunir-se **pacificamente, sem armas**, em **locais abertos** ao público, **independentemente de autorização**, desde que **não frustrem** outra **reunião** anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **prévio aviso** à autoridade competente;

Item II: Correto.

CF/88. Art. 5. XIX. As associações só poderão ser compulsoriamente **dissolvidas** ou ter suas **atividades suspensas** por **decisão judicial**, exigindo-se, no **primeiro caso**, o **trânsito em julgado**;

Item III: Errado.

CF/88. Art. 5. XXI. As entidades associativas, quando **expressamente autorizadas**, têm **legitimidade** para **representar** seus **filiados judicial** ou **extrajudicialmente**; (Trata-se da Representação Processual)

**Gabarito:** Letra B.

**(VUNESP/Prefeitura de Campinas - SP/2019)**

**05) Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- A) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedando-se ao proprietário a indenização ulterior.
- C) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem da autoridade policial.
- D) A criação de associações e de cooperativas dependerá de autorização do Poder Público.
- E) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento de obrigações tributárias.

---

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CF/88. Art. 5º. XIV. É **assegurado** a todos o acesso à informação e **resguardado o sigilo da fonte**, quando necessário ao **exercício profissional**;

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 5. XXV. No caso de **iminente perigo público**, a autoridade competente poderá usar de **propriedade particular**, assegurada ao proprietário **indenização** ulterior, **se houver dano**;

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 5. XII. É **inviolável** o sigilo da **correspondência** e das **comunicações telegráficas**, de **dados** e das **comunicações telefônicas**, salvo, no **último caso**, por **ordem judicial**, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de **investigação criminal** ou **instrução processual penal** (**Norma de eficácia Contida**);

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 5. XVIII. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas **independem de autorização**, sendo **vedada a interferência estatal** em seu funcionamento;

Letra E: Errada.

**Materiais completos e amostras:** <https://quebrandoquestoes.com/>



CF/88. Art. 5. LXVII. Não haverá **prisão civil por dívida**, salvo a do responsável pelo **inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia** e a do **depositário infiel**;

**Gabarito:** Letra A.

(VUNESP/SEJUS-ES/2013)

**06) De acordo com a Constituição Federal de 1988,**

- A) são gratuitas as ações de mandados de injunção.
- B) é garantida a todas as pessoas a gratuidade da certidão de casamento.
- C) são gratuitas, nos termos da lei, as ações de habeas corpus.
- D) é garantida a todas as pessoas a gratuidade do registro civil de nascimento.
- E) são gratuitas as ações de mandados de segurança.

**Comentário:**

Direitos e Garantias Constitucionais Gratuitas
Habeas Corpus; Habeas Data; Atos necessários ao exercício da cidadania; Ação Popular, <b>salvo comprovada má-fé</b> ; Registro Civil de nascimento e certidão de óbito <b>aos reconhecidamente pobres</b> ; Assistência Jurídica <b>aos que comprovarem insuficiência de recursos</b> .

**Gabarito:** Letra C.

(FCC/AL-AP/2020)

**07) É cabível a impetração de habeas corpus**

- A) pelo condenado, ainda quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- B) ainda quando apenas pessoa jurídica figurar como paciente na ação.
- C) por pessoa jurídica em favor de pessoa física.
- D) cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas.
- E) pelo condenado relativo a processo em curso, ainda que por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

**Comentário:**

* Habeas corpus *
- Considerado a <b>primeira garantia de direitos fundamentais</b> da história;
- CF/88. Art.5º, LXVIII - conceder-se-á <b>habeas corpus</b> sempre que alguém <b>sofrer (Habeas Corpus - Repressivo)</b> ou <b>se achar ameaçado de sofrer (Habeas Corpus - Preventivo)</b> violência ou coação em sua <b>liberdade de locomoção</b> , por <b>ilegalidade ou abuso de poder</b> ;
- Previsto, <b>expressamente</b> , pela primeira vez na <b>Constituição Federal de 1891</b> .
- <b>Impetrantes</b> (Autor da Ação) do HC: <b>Qualquer pessoa física (Brasileira ou Estrangeira)</b> atuando em favor de <b>terceiros ou para defesa de si mesma</b> . O MP e a <b>pessoa jurídica</b> podem <b>ser impetrantes, desde que o paciente seja pessoa física</b> .
- O <b>Juiz, o Desembargador e os Ministros</b> , quando em <b>atividade jurisdicional</b> , poderão conceder o <b>Habeas corpus de ofício</b> , sendo uma <b>exceção ao princípio da Inércia</b> .
<b>OBS:</b> O Habeas corpus pode ser impetrado por <b>pessoa jurídica</b> , tendo como <b>paciente pessoa física</b> . O Habeas corpus é <b>impossível ter como paciente pessoa jurídica</b> .
- <b>Impetrado ou Autoridade Coatora do HC:</b> Pessoa que <b>restringiu a liberdade de locomoção</b> do sujeito passivo por meio da <b>ilegalidade ou abuso de poder</b> .
- É um Remédio Constitucional <b>gratuito</b> , de <b>natureza penal e rito sumário</b> .
- É possível a impetração de Habeas corpus <b>sem advogado</b> , não sendo necessário este no caso de recurso ordinário contra decisão de Habeas corpus.
- É <b>cabível</b> Habeas corpus para <b>trancamento de ação penal ou inquérito policial</b> , além de ser possível <b>contra pessoa jurídica privada</b> .
- O Habeas corpus pode ser: * <b>Preventivo:</b> A pessoa está <b>achando a sua liberdade de locomoção ameaçada</b> , por ilegalidade ou abuso de poder, sendo cabível o Habeas corpus para prevenir. Nesse caso, não ocorreu a consumação. * <b>Repressivo:</b> A pessoa está <b>sem a sua liberdade de locomoção</b> , por ilegalidade ou abuso de poder, sendo cabível o Habeas corpus para restaurar a liberdade de locomoção do indivíduo. Aqui o ato está consumado.
<b>STF/AI 573.623 QO/RJ</b>
O habeas corpus é medida idônea para <b>impugnar decisão judicial</b> que autoriza a <b>quebra de sigilos fiscal e bancário</b> em procedimento <b>criminal</b> , haja vista a possibilidade destes resultarem em constrangimento à liberdade do investigado.
<b>STF/HC 147.303/AP</b>



É cabível Habeas corpus contra <b>coação ilegal</b> decorrente da aplicação ou da execução das <b>medidas cautelares criminais</b> diversas da prisão.
Habeas Corpus. 2. Cabimento. Proteção judicial efetiva. <b>As medidas cautelares criminais diversas da prisão são onerosas ao implicado e podem ser convertidas em prisão se descumpridas. É cabível a ação de habeas corpus contra coação ilegal decorrente da aplicação ou da execução de tais medidas.</b>
3. Afastamento cautelar de funcionário público. Conselheiro de Tribunal de Contas. Excesso de prazo da medida. Há excesso de prazo no afastamento cautelar de Conselheiro de Tribunal de Contas, por mais de dois anos, na pendência da ação penal. 4. Ação conhecida por maioria. Ordem concedida.
- O Habeas corpus <b>não é considerado</b> um meio de <b>dilação probatória</b> .
<b>STF/HC 143.641/SP</b>
É <b>cabível</b> Habeas corpus coletivo para <b>coibir ou prevenir lesões a direitos de grupos vulneráveis</b> que estejam na <b>mesma situação processual</b> .
I – Existência de <b>relações sociais massificadas e burocratizadas</b> , cujos problemas estão a exigir soluções a partir de <b>remédios processuais coletivos</b> , especialmente para <b>coibir ou prevenir lesões a direitos de grupos vulneráveis</b> .
II – Conhecimento do writ coletivo homenageia nossa tradição jurídica de conferir a maior amplitude possível ao remédio heroico, conhecida como doutrina brasileira do habeas corpus.
III – Entendimento que se amolda ao disposto no art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal - CPP, o qual outorga aos juízes e tribunais competência para expedir, de ofício, ordem de habeas corpus, quando no curso de processo, verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
IV – Compreensão que se harmoniza também com o previsto no art. 580 do CPP, que faculta a extensão da ordem a todos que se encontram na mesma situação processual.
V - Tramitação de mais de 100 milhões de processos no Poder Judiciário, a cargo de pouco mais de 16 mil juízes, a qual exige que o STF prestigie remédios processuais de natureza coletiva para emprestar a máxima eficácia ao mandamento constitucional da razoável duração do processo e ao princípio universal da efetividade da prestação jurisdicional
VI - A legitimidade ativa do habeas corpus coletivo, a princípio, deve ser reservada àqueles listados no art. 12 da Lei 13.300/2016, por analogia ao que dispõe a legislação referente ao mandado de injunção coletivo.
<b>Não é Cabível Habeas Corpus</b>
* No caso de pena em <b>processo administrativo disciplinar (PAD)</b> ;
* Na impugnação de <b>quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico</b> , quando <b>não for possível a condenação</b> à pena privativa de liberdade;
* Quando a <b>pena privativa de liberdade</b> pessoa estiver <b>extinta</b> ;
* Para pleitear <b>direito a visitas íntimas</b> ;
* Impugnar a <b>suspensão dos direitos políticos</b> ;
* Contra <b>sanções de exclusão militar</b> ou <b>perda de patente ou função pública</b> ;
* Em relação ao <b>juízo de mérito de sanções disciplinares militares</b> .
* Na impugnação de <b>decisões do STF</b> , inclusive as <b>monocráticas</b> .

Gabarito: Letra C.

**(CESPE/SEFAZ-RS/2019)**

**08) Felipe é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Júlia, uma mexicana. Quando Júlia estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Alberto, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Alberto veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.**

**Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Alberto**

- A) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- B) é brasileiro naturalizado.
- C) é brasileiro nato.
- D) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- E) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

**Comentário:**

CF/88. Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- c) os **nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;**

Gabarito: Letra C.



(FCC/Câmara Legislativa do Distrito Federal/2018)

**09) Acerca da nacionalidade a Constituição Federal dispõe que**

- A) aos portugueses com residência permanente no país; se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição Federal.  
B) não é possível a concessão de nacionalidade brasileira a estrangeiro residente no Brasil, condenado civilmente.  
C) somente por lei complementar será possível estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.  
D) é privativo de brasileiro nato o cargo de Governador do Distrito Federal.  
E) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, em qualquer hipótese.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

CF/88. Art. 12. § 1º. Aos **portugueses** com **residência permanente** no País, se houver **reciprocidade em favor de brasileiros**, serão atribuídos os **direitos inerentes ao brasileiro**, **salvo os casos previstos nesta Constituição**.

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 12. São brasileiros:

**II - naturalizados:**

b) os **estrangeiros de qualquer nacionalidade**, residentes na República Federativa do Brasil **há mais de quinze anos ininterruptos** e **sem condenação penal**, desde que **requeiram a nacionalidade brasileira**. (Forma Extraordinária)

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 12º. § 2º A **lei não** poderá estabelecer **distinção entre brasileiros natos e naturalizados**, **salvo** nos **casos previstos nesta Constituição**.

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 12. § 3º São **privativos de brasileiro nato** os cargos: (**ROL TAXATIVO**)

I - de **Presidente** e **Vice-Presidente** da República;

II - de **Presidente** da **Câmara dos Deputados**;

III - de **Presidente** do **Senado Federal**;

IV - de **Ministro** do **Supremo Tribunal Federal**;

V - da **carreira diplomática**;

VI - de **oficial das Forças Armadas**.

VII - de **Ministro de Estado da Defesa**.

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 12. § 4º - Será declarada a **perda da nacionalidade** do brasileiro que:

I - tiver **cancelada sua naturalização**, por **sentença judicial**, em virtude de **atividade nociva ao interesse nacional**;

II - **adquirir outra nacionalidade**, **salvo** nos casos:

a) de **reconhecimento de nacionalidade originária** pela lei estrangeira;

b) de **imposição de naturalização**, pela **norma estrangeira**, ao **brasileiro** residente em estado estrangeiro, como **condição para permanência** em seu território ou para o **exercício de direitos civis**;

**Gabarito:** Letra A.

(IDECAN/IF-RR/2020)

**10) Assinale a alternativa que indique corretamente o órgão onde os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, registrarão seus estatutos.**

- A) Tribunal Superior Eleitoral.  
B) Supremo Tribunal Federal.  
C) Superior Tribunal de Justiça.  
D) Ministério Público Eleitoral.



E) Seção Eleitoral.

**Comentário:**

CF/88. Art. 17, § 2º Os **partidos políticos**, **após adquirirem personalidade jurídica**, na forma da lei civil, **registrarão** seus **estatutos** no **Tribunal Superior Eleitoral**.

**Gabarito:** Letra A.